

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS): A EXPERIÊNCIA EXITOSA DO CAMPUS EAD DO IFRN

Adriano Lucena de Góis ¹

Andréia Lucena de Góis Nascimento ²

Maquézia Emília de Moraes ³

Paulo Henrique de Moraes ⁴

RESUMO: A presente discussão compreende a educação como complexo social materializado por meio da política social de educação, sendo a capacitação continuada dos/as professores uma demanda urgente. Assim como pode ser percebido nas experiências de pós-graduações lato senso que tem sido promovidas pelo Campus Ead do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, tal demanda tem na educação à distância uma estratégia para sua efetivação, sendo que as problematizações apresentadas nesse artigo foram realizadas a partir de pesquisa e revisão bibliográfica de autores/as que estudam a temática educação, educação à distância e capacitação continuada. O estudo trás como objetivos investigar qual a potencialização do IFRN EaD frente a formação continuada de professores da Rede Pública e Privada de Ensino Básico. E ainda analisar políticas da Educação Brasileira frente à oferta desses cursos. E ainda estudar qual relação se tem ensino híbrido e as condições de estudar em casa. Conclui-se que diante da dívida histórica que o país possui no que se refere à efetivação da educação pública e de qualidade, sendo a formação de professores um dos pilares necessários para tal, a educação à distância, e aqui destaca-se iniciativas semelhantes às realizadas pelo Campus Ead do IFRN, deve ser percebida como estratégia viável e exitosa para que tal formação, sobretudo, a de caráter continuado seja concretizada não apenas de forma pontual, mas como uma ação permanente.

Palavras-chave: Educação à distância. Capacitação. Professores(as).

INTRODUÇÃO

A educação expressa como direito social e materializada por meio de políticas sociais, que no caso brasileiro possui como principal marco legal a constituição federal, especificamente seu artigo 205, tem importante papel no processo de reprodução das relações sociais e do desenvolvimento da sociedade.

¹ Mestre em cognição, tecnologias e instituições na Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA, lucenaadriano@hotmail.com;

² Mestra em serviço social e direitos sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, andreialucena1@hotmail.com;

³ Mestra em educação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, maquezia@hotmail.com;

⁴ Mestre em cognição, tecnologias e instituições na Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA, paulomoraiss@gmail.com.

Por sua vez, a formação continuada dos/as professores/as se faz imprescindível como parte integrante e estratégica para a materialização de uma educação de qualidade e comprometida com a transformação social.

Ser professor sempre foi um desafio, desde as primeiras Escolas oficializadas se existiram dificuldades de efetivar os fazeres deste profissional. Acredita-se que as dificuldades só aumentam a cada novo momento. E nos dias de hoje estas tem se caracterizado de diferentes formas, colocando o professor em uma posição de constantes buscas pela superação dessas dificuldades e desafios.

Ressalta-se que uma das dificuldades mais enfrentadas nesse momento da educação é de qualificação dos professores, uma vez que a base oferecida na academia não tem sido, ou nunca foi suficiente frente à subjetividade de uma sala de aula. Essa diversidade tem feito com que o professor esteja a todo o momento procurando se aperfeiçoar, para que assim possa dá o retorno esperado enquanto agente do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto a formação continuada hoje ainda é um desafio, haja vista o tempo do docente e ainda o pouco investimento da política pública frente a sua efetivação.

Contudo, embora seja amplamente conhecido a importância da manutenção de uma política sistematizada de formação continuada para o corpo docente do Brasil, as ações do Estado para viabilizar essa política ainda não atingiram o alcance que deveriam.

Em virtude dessa dificuldade por parte do Estado de fomentar e viabilizar uma política sistematizada, contínua e ampla de capacitação dos(as) professores, apresenta-se nessa discussão a educação à distância como ferramenta estratégica para materialização desse dever do Estado e consequente minimização da dívida que o Brasil possui com a educação de modo geral.

O estudo trás como objetivos investigar qual a potencialização do IFRN EaD frente a formação continuada de professores da Rede Pública a e Privada de Ensino Básico. E ainda analisar políticas da Educação Brasileira frente à oferta desses cursos. E ainda estudar qual relação se tem ensino híbrido e as condições de estudar em casa.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa que se volta para tomar alicerce em outros textos já produzidos antes. Então o fazer dessa pesquisa se dá a partir dos resultados de outros estudos feitos anteriormente, que tenham alguma ligação com a problemática que está sendo discutida. A pesquisa se trata de um estudo voltado para a perspectiva bibliográfica, tomando

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

por base outras pesquisas que já foram realizadas antes em diferentes momentos, por pesquisadores diversos. Traina; Júnior (2009, p. 1):

Realizar uma pesquisa bibliográfica faz parte do cotidiano de todos os estudantes e pesquisadores. É uma das tarefas que mais impulsionam nosso aprendizado e amadurecimento na área de estudo. Atualmente, as bibliotecas digitais têm facilitado e simplificado muito essa tarefa, pois trazem recursos de busca e cruzamento de informações que facilita a vida de todos. Nesse artigo, o enfoque será em como utilizar bem os recursos amplamente disponíveis, de modo que o usuário encontre o apoio bibliográfico que necessita para realizar sua pesquisa, para compará-la com seus pares e buscar motivação para continuá-la.

Então segundo a visão dos autores se percebe a importância que traz a pesquisa bibliográfica para a ciência de uma maneira geral, potencializando os saberes dos diferentes pesquisadores, frente ao entendimento das mais diversas temáticas.

As buscas se deram em diferentes bancos de dados de pesquisas científicas. Estas se efetivaram de dezembro de 201 até março de 2019. Sendo encontradas cinquenta obras que continha no resumo uma das palavras “educação”, “estado”, “política”, “educação a distância”, “ensino híbrido”, formação de professores”. Uma vez que estas foram as palavras de buscas. Ao ler-se as obras decidiu-se fazer uso para a efetivação da pesquisa quinze textos, entre livros, artigos e outros.

É importante ressaltar que não foram citados durante o texto os trinta e três trabalhos, mas ambos foram lidos e discutidos algumas vezes para que pudesse da o embasamento e fundamentação para a construção desse estudo.

Quadro de obras usadas na construção do texto

Autor	Obra	Tipo/Ano	Conteúdo
Brasil	DECRETO N° 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005	Decreto/2005	O documento vem instituir a criação de cursos de pós-graduação na modalidade a distancia pelo IFRN, sendo implementados no campus a distancia na capital do Estado do Rio Grande do Norte.
Brasil	Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014	Lei/2014	Este documento vem garantir a expansão dos cursos de pós-

			graduação já instalados no campus do IFRN EaD, espalhando assim os cursos, e consequentemente as vagas.
Elaine Rossetti Behring; Ivanete Boschetti	Política Social: fundamentos e história.	Livro/2006	O livro vem abordar assuntos que tem relação direta com políticas sociais, estando estas fundamentadas na história.
Armando Junior Boito	Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos.	Livro/2007	A obra vem abordar aspectos relacionados ao Estado brasileiro, a política da época e elementos atuais. Assim como assuntos relacionados a classes sociais, dentre outros problemas que são discutidos ao longo da obra.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL	Subsídios para a atuação de assistente sociais na Política de Educação.	Livro/2011	Essa é uma obra que trás de um modo bem claro como acontece o trabalho do assistente social em alguns espaços, na nos espaços escolares, traçando fazeres e práticas.
Friedrich Engles; Trad. de H. Chaves.	A origem da família, da propriedade e do Estado.	Livro/s/d	O livro fala sobre a família como primeira escola da criança, toda a questão de práticas que são ou que devem ser ensinadas no convívio familiar. Assim como as concepções que o sujeito passa a pertencer ao Estado e Estado pertence ao sujeito.
Gaudêncio, Frigotto	Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira	Artigo/2011	O estudo vem falar das formas que se deram e se dão Educação nesse

	década do século XXI.		século.
Octavio, Ianni	Estado e Capitalismo	Livro/2004	Esse trazer a relação que é tão importante entre Estado e Capitalismo, apontado para aspectos que relacionam os dois.
Ernest, Mandel	O capitalismo Tardio.	Livro/1986	O livro vem abordar a percas para os povos quando as políticas públicas são tardias, ou falhas.
Ernest Mandel	Manuscritos econômico filosóficos	Livro/2009	Trata principalmente da filosofia que fundamenta em vario momentos os processos de Ensino e de Aprendizagem.
Ernest Mandel	A ideologia Alemã	Livro/2009	Trata de diferentes ideologias, assim como a Alemã e interferência na Educação.
Hugues Trad Portelli; Angelina Peralva	Gramsci e o Bloco Histórico	Livro/1977	O autor em seu livro trata de vários aspectos que constituem a educação de forma micro e macro.
Ivo Tonet	Educação contra o Capital	Livro/2012	Aborda a educação não apenas como uma mercadoria, mas como um investimento necessário.
Carlos Caetano Traina Et al	Como fazer pesquisa bibliográfica	Artigo/2009	Vem mostrar como o pesquisador deve seguir em pesquisas bibliográficas.
István Mészáros	A educação para além do capital	Livro/2005	Bem parecido com o obra citada mais acima, neste a educação aparece para derrubar mitos.
Ana Beatriz Carvalho	Os múltiplos papéis do professor em educação à distância: uma abordagem centrada na Aprendizagem.	Artigo/2007	O texto vem discutir como se efetivam os papéis do professor na EaD frente aos fazeres que proporcionam a Aprendizagem dos alunos.

Otto Peters Trad. Leila Ferreira de S. Mendes.	A educação à distância em transição: tendências e desafios.	Artigo/2004	O artigo ressalta de forma sistemática com se deu a transição e efetivação da EaD no Brasil.
Michael Moore. Greg. Tradução de Roberto Galman Kearsley.	Educação à distância: uma visão integrada.	Artigo/2007	A EaD nesse texto surge como uma visão que integra modalidades de Ensino, podendo assim ser a distancia e presencial.
Guilherme Martins. Marcela Amaral. Tibúrcio Gonçalves.	Tendências do ensino superior no século XXI: a educação à distância em discussão.	Artigo/2010	O texto trata como a EaD surgiu como tendência em meados do século XXI.
Maria Luiza Belloni.	Educação à distância.	Artigo/1999	O texto aponta para elementos e aspectos que configuram a EaD como modalidade de Ensino.
Vanessa Battestin Nunes.	Papel do tutor na educação à distância: o estado da arte.	Artigo/2013	Discutir o que faz o tutor na EaD é o foco desse trabalho. Enfatizando assim quais os papéis destes nesta.
Jaime Giolo.	A educação à distância e a formação de professores.	Artigo/2019	A EaD como potencializadora da formação de professores é de onde parte as discussões desse trabalho.
Porfírio Amarilla Filho.	Educação à distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais.	Artigo/2011	Os ambientes virtuais e a EaD se apresentam como os pontos importantes da discussão traga nesse artigo.
Arieira, Jailson Oliveira Et al.	Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes ensaio: Avaliação e políticas públicas em	Artigo/2009	Como se efetiva a avaliação na EaD vem ser discutida e problematizada nesse texto.

	educação		
Grossi Gomes Et al.	A construção de um ambiente virtual de aprendizagem para educação à distância: uma estratégia educativa em serviço.	Artigo/2013	Como os ambientes virtuais podem contribuir com a EaD e se configura como espaços de Aprendizagem vem ser o foco desse estudo.
Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida.	Educação à distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.	Artigo/2003	O texto vem apontar e mostrar a potencialização da internet e extensões que a esta se ligam como facilitadoras do processo de Ensino e de Aprendizagem.
Tatiana Ghedine.	Compreendendo as iniciativas de educação à distância via internet: estudo de caso em duas grandes empresas no Brasil.	Artigo/2006	A abordagem do trabalho se volta para perceber a realidade de duas empresas frente as formas que usam EaD nos dias a dia.
Joana Peixoto.	A inovação pedagógica como meta dos dispositivos de formação à distância.	Artigo/2008	A obra vem destacar pontos que apontam para a EaD como uma inovação pedagógica no processo de Ensino e de Aprendizagem.
Maria Luiza Belloni	Ensaio sobre a educação a distância no Brasil.	Artigo/2002	O texto trás um reflexão voltada para aspectos que efetivaram o processo de implementação e efetivação da EaD no Brasil.
Graças Medeiros Tavares de Et al.	Avaliação da educação superior na revista ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: ênfases e tendências ensaio: avaliação e políticas públicas	Artigo/2011	O texto trata de uma discussão voltada para perceber aspectos nos modos de avaliar a EaD como política pública na Educação.

	em educação.		
Andréa Brandão Lapa	Educação à distância como mídia da educação.	Artigo/2012	O artigo vem potencializar discussões que se voltam para tratar a EaD como mídia na Aprendizagem.
Lane Primo	Auto-avaliação na educação a distância uma alternativa viável.	Artigo/2019	Tratar como se da a auto-avaliação da EaD enquanto uma alternativa ou extensão do processo de Ensino e Aprendizagem.
Agma Juci Machado Traina, Carlos Caetano Traina Júnior.	Como fazer pesquisa bibliográfica.	Artigo/2009	O texto aborda aspectos de como seguir com a pesquisa bibliográfica.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância – EaD hoje tem se caracterizado como uma realidade no meio do processo de ensino e aprendizagem e, pode ser definida “como um processo educativo sistemático que permite o estudo individual ou em grupo por meio do uso de tecnologias, exigindo múltiplas vias de comunicação entre os participantes” (GROSSI; KOBAYASHI, 2013). Em especial no que diz respeito às possibilidades que esta oferece e que a educação tradicional não possibilita. Como por exemplo, a comodidade de assistir as aulas em casa, de ser o próprio sujeito que decide quando e que horas irá estudar. Ressalta-se que é essa a proposta que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte disponibiliza aqueles que desejam da continuidade a sua formação. E essa pós formação s dá de forma híbrida, por meio do Ensino a distância, mas ainda de forma presencial. Destaca-se o que destaca (GLEDINE, 2006, p. 2):

A partir da segunda metade do século XX a evolução no tratamento da informação vem ocorrendo em diversas áreas, destacando-se, entre elas, as áreas de comunicação e de processamento de informações (Soares, Lemos e Colcher, 1995). A conjunção dessas duas áreas está revolucionando a sociedade atual, abrindo fronteiras com novas formas de comunicação, onde as redes de computadores atuam como uma das fontes propulsoras de uma nova ordem geopolítica (globalização), tecnológica — computação em rede aberta e centrada no usuário — e organizacional — mercado dinâmico, aberto e competitivo (Tapscott e Caston, 1993).

Veja-se que a educação a distância surge como sendo um avanço no cenário brasileiro, dando então novas maneiras de se mediar o processo de ensino e aprendizagem de diferentes grupos de estudantes em diferentes níveis de ensino. A educação a distância é a prova viva de que estamos vivendo em um cenário onde as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs modificaram e também melhoraram nossas vidas em diferentes aspectos. Todavia nosso foco aqui é discutir a importância do IFRN na modalidade a distância frente à formação continuada de professores da rede básica de ensino.

Deve-se ter em mente que na Educação a Distância existe uma distância física e temporal entre alunos e professores, e as Tecnologias da Informação e Comunicação se trata de uma ferramenta capaz de facilitar a comunicação dos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem, vale lembrar, que a modalidade EaD exige uma nova postura por parte do professor e dos alunos.

Percebe-se nas palavras dos autores a importância desse desenvolvimento para a sociedade como um todo, trazendo ganhos significativos também para a educação e para a mediação dos saberes e conhecimentos.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A REALIDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

A educação enquanto complexo social, configura-se como direito social, inscrito no solo da emancipação política, cujo reconhecimento e efetivação encontram-se marcados pela contradição capital-trabalho e pela conseqüente disputa entre classes e interesses opostos.

Com efeito, sua efetivação enquanto direito social, materializado por meio das políticas sociais e até mesmo seu direcionamento e funcionalidade são tensionados pela estrutura econômica, política e social na qual a educação está inserida.

Em linhas gerais, é possível apontar que a educação é capaz de proporcionar apropriação de todo o arcabouço de conhecimentos e práticas desenvolvidas e descobertas pela humanidade ao longo de sua evolução, e ao possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa do ser humano, possui em seu cerne o potencial de contribuir para a construção de vivências emancipatórias (MÉSZÁROS, 2008).

A educação tem suas expressões, funcionalidades e direcionamentos mediados pelas relações sociais e de produção do tecido histórico na qual encontra-se inserida, acabando por sofrer rebatimentos que podem escamotear seu potencial criativo e emancipatório, a depender dos interesses da sociabilidade na qual é desenvolvida, podendo, inclusive, ser funcional ao modelo de sociedade estabelecido, tendo em vista sua capacidade de promover a

internalização de valores, concepções e visões de mundo, bem como contribuir para o processo de oferta/preparação da força de trabalho necessária (FRIGOTTO, 2010).

Em virtude dessa constatação, analisar a categoria educação, como direito e política social, requer uma reflexão acerca dos aspectos econômicos, políticos e sociais que fundamentam a estrutura da sociabilidade na qual nos encontramos.

Afinal, corroboramos com a compreensão de que “[...] O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (MARX, 2009, p. 130).

No tocante à política de educação brasileira em suas especificidades esta foi reconhecida como direito social no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, sendo posteriormente regulamentada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que foi elaborada em meio a um jogo de forças que representavam interesses e perspectivas opostas de educação, tendo, de um lado, a perspectiva apresentada por grupos de trabalhadores(as) da educação que defendiam o ideal de educação ampliada, de caráter público, gratuito, de qualidade e baseada na perspectiva politécnica enquanto que, por outro lado, a perspectiva era de “adequar” a política de educação à lógica da racionalidade financeira, atendendo às requisições neoliberais (SAVIANI, 2008).

Em meio à correlação de forças que se estabelecia como representação da própria contradição de interesses de duas classes opostas, prevaleceu a lógica mercadológica que permitiu, à iniciativa privada, livre acesso a todos os níveis da educação, previsão estabelecida já na Constituição Federal de 1988 e ratificada na LDB de 1996 (MOURA, 2010).

Com efeito, a LDB de 1996 foi criada com os ranços de uma educação que atenda aos interesses da lógica contábil. Seu texto legal vem delimitar a configuração da educação nacional, definindo competências e responsabilidades de cada esfera governamental no que diz respeito à organização dos sistemas de ensino.

Além de estabelecer, entre outras coisas, os níveis e modalidades de ensino, a que se destina o Título V- “Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino”, que delimita a educação em dois níveis, quais sejam: a educação básica (composta pela Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio) e educação superior; bem como determina quais instituições integram os Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal. Dentre outros

aspectos, a LDB também traz em seu texto legal as responsabilidades financeiras federais, estaduais e municipais na manutenção dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

Vivencia-se uma conjuntura na qual a educação deixa de ser vista como direito social para ser relegada pelo Estado ao *status* de mercadoria lucrativa para a burguesia. A educação pública passa a ser delegada a grandes empresas, que têm a educação como sua principal mercadoria, ou às iniciativas filantrópicas do capital, em processos de privatização e desfinanciamento dessa política pública, conforme orientações e ditames de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Cabe destacar que tais organismos assumem, a partir da década de 1990, o papel de “promotor” da educação para todos/as nos países de capitalismo periférico, atuando a partir do fornecimento de empréstimos que têm como moeda de troca o ajuste fiscal a ser realizado nos países devedores, ajustes realizados por meio de orientações alicerçadas em modelos de gestão e monitoramento e que usam como garantia de pagamento da dívida a entrega da educação à lógica e interesses da esfera privada (SANTOS *et al.*, 2013).

Por essa razão, a política de educação brasileira ingressa, nos anos de 1990 e primeiros anos de 2000, vivenciando um verdadeiro processo de desmonte do papel social do Estado, enquanto garantidor dessa política. Contexto no qual o patrimônio público do Brasil sofre com uma incisiva privatização, seguindo os interesses internacionais de manutenção e ampliação do processo de subordinação do país ao capital estrangeiro, cumprido à risca pela gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (FRIGOTTO, 2011).

Inserida na política pública educacional, a educação ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) sofre os rebatimentos provocados por uma sociedade cindida em duas classes, cuja hegemonia estabelecida até o presente momento é marcada pela valorização do mercado e dos lucros em detrimento dos direitos e políticas sociais.

Cabe destacar que no caso específico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a expansão no número de *campi* é iniciada em 2006, seguida de sua transformação em Instituto Federal. Atualmente o IFRN conta com 21 (vinte e um) *campi* espalhados pelo Estado e vivencia, em seu dia a dia, a contraditória relação de ofertar uma proposta de educação integral e que se pretende *omnilateral*, conforme estabelecido em seus documentos orientadores, e em contraposição, sofre os rebatimentos e

pressões para atender às requisições do mercado de trabalho para a formação de profissional de cunho apenas técnico, isolado de uma base crítica e ampliada de educação.

Por sua vez o Campus Ead do IFRN tem o início de suas atividades registrado a partir de 2010 e desde então vem sendo o responsável pela oferta e ampliação dos cursos, técnicos, subsequentes, de graduação e de pós-graduação do IFRN.

Ao todo o Campus Ead do IFRN, que no final de 2018 ganhou o *status* de campus autônomo por parte do MEC, passando a se chamar Campus zona-leste a partir daí, vem ofertando diversos cursos de capacitação continuada na modalidade EAD, tendo os docentes das redes municipais, estadual e federal como público-alvo, dentre esses cursos, é possível citar à especialização em língua portuguesa e matemática, especialização em educação ambiental e geografia do semiárido, especialização em ensino da matemática para o ensino médio e o curso de aperfeiçoamento para professores dos municípios do Rio Grande do Norte.

Tal iniciativa do IFRN vem como resultado da sua adesão à chamada pública UAB nº 01/2013, de 14 de fevereiro de 2013, do Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (MEC/CAPES), para a oferta de cursos de especialização por meio da Educação à Distância.

Cabe destacar que o conceito de Educação a Distância no Brasil foi estabelecido a partir do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005, p.) que prevê:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Sendo assim, observamos que a proposta da EAD se foca no processo de ensino-aprendizagem, sendo o professor o mediador que faz o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento das aulas e dos conteúdos. (BRASIL, 2005).

A despeito de todas as críticas que possam ser feitas à gestão do PT e suas tímidas mudanças no que diz respeito aos interesses hegemônicos no Brasil, há que se destacar que a criação da Rede Federal de Educação, a ampliação das instituições de ensino federais e a manutenção da sua histórica qualidade no ensino, requisitaram o financiamento por parte do governo federal.

Com ênfase para o período correspondente aos mandatos de Lula e Dilma nos quais, a exceção de 2015 devido à conjuntura política de crise instaurada no país, o orçamento

destinado ao MEC foi significativamente superior à inflação, chegando a atingir o total de recursos 25% maior que a inflação do ano anterior, conforme aponta Amaral, 2017.

Há de convir que existe uma relação direta entre um aumento no orçamento destinado ao MEC de 2002 a 2015 e a criação e evidente expansão da Rede Federal de Educação. Além de outras ações e projetos, como o Brasil profissionalizante, que visaram ampliar o acesso à educação pública e, embora ainda não da forma ideal, iniciaram um processo de efetivação do direito à educação básica, preocupação que nunca foi prioritária para a elite desse país e os gestores que a representavam.

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO IMPORTANTE ESTRATÉGIA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante de tudo que foi problematizado até aqui destaca-se que a política social de educação deve ser compreendida a partir do contexto econômico, político e social no qual está inserida, tendo em vista que sua efetivação é mediada por essas forças sociais.

Em meio à política de educação e todos os rebatimentos e mediações que interferem em sua efetivação, é preciso destacar a importância de uma política sistemática de formação de professores da educação básica, sobretudo, por ser essa demanda mais uma dívida histórica que o Brasil tem com a educação.

Por sua vez, compreende-se à formação continuada de professores, “[...] como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica.” (BRASIL, 2015).

Mormente o Plano Nacional de Educação 2014-2024 tenha previsto em suas metas 15 e 16 estratégias de formação inicial e continuada para professores da educação básica, ainda não é possível identificar a destinação de ações sistemáticas e continuadas do Estado voltadas ao alcance dessas metas.

Diante dessas problematizações a educação à distância deve ser vista como uma importante estratégia para contribuir com essa formação dos professores da educação básica, sobretudo, no que se refere à educação continuada.

Nesse aspecto destaca-se que as ações desenvolvidas pelo Campus *Ead* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, que vem disponibilizando curso de aperfeiçoamento e de especialização destinados a docentes da rede

de ensino do Estado, deve ser percebida como uma experiência exitosa e que serve para indicar a educação à distância como a melhor estratégia para a materialização de uma política de formação continuada de professores.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O BOM DESEMPENHO E A VALORIZAÇÃO DO DOCENTE O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO COMO POTENCIALIZADOR DO PROCESSO FORMATIVOS DOS PROFESSORES DA REDE BÁSICA

A docência é uma tarefa árdua, as dificuldades que são encontradas frente a efetivação dos fazeres neste campo das práticas não são novas, pode-se dizer que elas sempre existiram. Mas com o passar do tempo, as mudanças que se concretizam, estas aumentaram e tomaram formas dentro dos espaços formais onde acontecem processos de ensino e de aprendizagem. Pereira (2014, p. 8) traz a seguinte fala:

A sociedade coloca uma grande responsabilidade sobre os professores eles devem ser capazes de atrair os jovens e mudar a sociedade para melhor, mas muitas das vezes o saber não se torna tão atrativo quanto às redes sociais e outros mecanismos que acabam distanciando os alunos do conhecimento, tudo isso acaba frustrando os professores que se sentem mal por não atingirem as expectativas depositadas neles.

Os professores sempre tiveram, e ainda tem uma grande responsabilidade diante da sociedade, e aí entra uma série de aspectos, como a desestrutura das famílias, que como consequência acaba não dando o devido suporte do aluno na Escola, deixando toda responsabilidade do educar apenas com o professor. Este não necessariamente tem as reais condições de desenvolver esses muitos papéis, dada que sua formação inicial não supre todas as especificidades de uma sala de aula, e a educação continuada até hoje é um desafio no Brasil, frente à necessidade que tem o docente de muitas vezes trabalhar mais de um expediente, dentre outras atividades que acaba o impedindo de efetivar uma formação continuada.

Diante das dificuldades listadas de se fazer a formação continuada do professor se aponta para o quanto importante é esta formação, uma que dá para esse especialista

possibilidades de caminhos a serem percorridos em buscas de diferentes objetivos no processo de Ensino e de Aprendizagem.

O docente só consegue um melhoramento na sua prática quando estuda, e a forma de estudar é dando continuidade na sua formação, e o IFRN enquanto ferramenta EaD tem sido um grande suporte nessa efetivação da formação continuada.

TABELA 2- CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO IFRN

Curso	Campus
Especialização em Língua Portuguesa e Matemática numa perspectiva transdisciplinar	Educação a Distância
Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido, numa Abordagem Interdisciplinar	Educação a Distância
Especialização em Literatura e Ensino	Educação a Distância
Especialização em Gestão Pública	Educação a Distância
Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio	Educação a Distância
Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Município do Rio Grande do Norte – CAPROM	Educação a Distância
Curso de Aperfeiçoamento em Gestão EaD Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância	Educação a Distância
Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade EJA	Educação a Distância

Fonte: **elaborado pela autora, com base na pesquisa realizada**

O IFRN ainda disponibiliza de outros cursos, mas se resumirá a esses expostos na tabela. Estes se dão de forma híbrida, de modo que o aluno tem aulas à distância, que talvez se somem noventa por cento do curso, e o restante se dá de forma presencial, que basicamente se resume as avaliações do bloco e a defesa do trabalho de conclusão do curso. Vale destacar que os cursos são de grande qualidade, e vão desde o campo da pedagogia, até a administração pública, dentre outros.

CONCLUSÃO

Conclui-se que diante da dívida histórica que o país possui no que se refere à efetivação da educação pública e de qualidade, sendo a formação de professores um dos

pilares necessários para tal, a educação à distância, e aqui destaca-se iniciativas semelhantes às realizadas pelo Campus Ead do IFRN, deve ser percebida como estratégia viável e exitosa para que tal formação, sobretudo, a de caráter continuado seja concretizada não apenas de forma pontual, mas como uma ação permanente.

A EaD surge como uma extensão potencializadora do processo de Ensino e Aprendizagem, a oportunidade dada de estudar de forma mas cômoda e respeitando horários e deslocamento, pode permitir ao docente um maior interesse pela formação continuada, uma vez que não vai precisar para de lecionar para inserir-se no campo da Aprendizagem.

Enquanto resultado, ou conclusão o que se pode perceber é que o IFRN tem importância frente à formação continuada de professores da rede básica em todo o Estado do Rio Grande do Norte, e até em toda região próxima ao Estado, uma vez que nesses muitos cursos se tem alunos de outros Estados. Pode-se afirmar pelo menos de momento que hoje o IFRN é um potencializador da formação continuada de professores que estão na rede básica. Ou seja, os professores que formam os alunos para irem a Universidade.

A formação continuada se apresenta como alternativa para o bom desempenho do professor na sala de aula, lhe proporcionando saberes metodológicos que poderão se tornar em saberes empíricos na sua prática diária na Escola. O professor desse século precisa dominar diferentes tecnologias leves e duras, e essa formação oferecida pelo IFRN lhe oferece essa possibilidade de ser um docente atualizado, e traga estímulos para sua aula, fixando a atenção de seu aluno, mas com tudo que não fuja do vigor e da seriedade que tem que ser a Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2005. DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso: 11 de março de 2019.

BRASIL, 2014. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 11 de março de 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **POLÍTICA SOCIAL: FUNDAMENTOS E HISTÓRIA**. São PAULO: Cortez Editora, 2006.

BOITO, Armando Junior. **ESTADO, POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS: ENSAIOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS**. São Paulo: UNESP, 2007, pags. 247-261.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **SUBSÍDIOS PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**. Brasília: CFESS, 2011.

ENGLES, Friedrich. **A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE E DO ESTADO.** Trad. de H. Chaves. 4ª Edição. Portugal- Editorial presença: Livraria Martins Fontes, s/d.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **OS CIRCUITOS DA HISTÓRIA E O BALANÇO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.** IN: Revista Brasileira de Educação. V. 16, nº 46. Minas Gerais, 2011. Pag. 235-274.

IANNI, Octavio. **ESTADO E CAPITALISMO.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANDEL, Ernest. **O CAPITALISMO TARDIO.** IN: Os Economistas, 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. **PARA A QUESTÃO JUDAICA.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **A IDEOLOGIA ALEMÃ.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL.** Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTELLI, Hugues. **GRAMSCI E O BLOCO HISTÓRICO.** Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1977.

TONET, Ivo. **EDUCAÇÃO CONTRA O CAPITAL.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CARVALHO, Ana Beatriz. **OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO PROFESSOR EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA APRENDIZAGEM.** In: 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN. Maceió, 2007.

GIOLO, Jaime. **A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 15 de março de 2019.

FILHO, Porfírio Amarilla. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA E DIDÁTICA A PARTIR DOS AMBIENTES VIRTUAIS.** Educação em Revista | Belo Horizonte | v.27 | n.02 | p.41-72 | ago. 2011.

OLIVEIRA, Arieira, Jailson Et al. **AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO VIA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A VISÃO DOS DISCENTES ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO,** vol. 17, núm. 63, abril-junio, 2009, pp. 313-339. Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, Brasil.

GOMES Grossi Et al. **A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ESTRATÉGIA EDUCATIVA EM SERVIÇO.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 47, núm. 3, junio, 2013, pp. 756-760. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA INTERNET: ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES DOS AMBIENTES DIGITAIS DE APRENDIZAGEM.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

GHEDINE, Tatiana. **COMPREENDENDO AS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA VIA INTERNET: ESTUDO DE CASO EM DUAS GRANDES EMPRESAS NO BRASIL.** RAP Rio de Janeiro 40(3):427-55, Maio/Jun. 2006.

PEIXOTO, Joana. **A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA COMO META DOS DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO A DISTÂNCIA.** EccoS Revista Científica, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 39-54. Universidade Nove de Julho. São Paulo, Brasil.

BELLONI, Maria Luiza. **ENSAIO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.

TAVARES, Graças Medeiros de Et al. **AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REVISTA ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: ÊNFASES E TENDÊNCIAS ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO,** vol. 19, núm. 71, abril-junio, 2011, pp. 233-258 Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, Brasil.

LAPA Andréa Brandão. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO MÍDIA DA EDUCAÇÃO.** Perspectiva, Florianópolis. V. 30, n. 1. 175-196, jan/abr 2012.

PRIMO, Lane. **AUTO-AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UMA ALTERNATIVA VIÁVEL.** Núcleo de Educação a Distância - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac. Av. Tristão Gonçalves, 1245 – 60015-002 – Fortaleza – CE – Brasil.

NUNES, Vanessa Battestin. **PAPEL DO TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O ESTADO DA ARTE.** ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Belém/PA, 11 – 13 de junho de 2013.

TRAINA, Agma Juci Machado, JUNIOR, Carlos Caetano Traina. **COMO FAZER PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.** ICMC-USP São Carlos. Agosto de 2009.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas, SP: Autores Associados. 1999.
MARTINS, Guilherme; AMARAL, Marcela; GONÇALO, Tibúrcio. **TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM DISCUSSÃO.** Mossoró, RN: Edições UERN, 2010.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA VISÃO INTEGRADA.** Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson, 2007.

PETERS, Otto. **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TRANSIÇÃO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS.** Trad. Leila Ferreira de S. Mendes. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.